



O acesso a alimentos orgânicos como mais um privilégio: uma análise espacial da RCA em Florianópolis/SC

Access to organic food as yet another privilege: a spatial analysis of RCA in Florianópolis/SC

MAJOLO, Marjori¹; PUGAS, Adevan da Silva²; SANTANA, Ruan³; ROVER, Oscar⁴

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, marjmajolo@gmail.com; ² Universidade Federal de Santa Catarina, vanpugas@gmail.com; ³ Universidade do Estado de Santa Catarina ruan.santana@edu.udesc.br; ⁴ Universidade Federal de Santa Catarina, oscar.rover@gmail.com.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: O trabalho buscou fazer uma análise da dispersão geográfica de iniciativas de circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos/agroecológicos no território da cidade de Florianópolis. Para tal, utilizou-se do mapa das Redes de Consumo Agroalimentar, comparado com o mapa de renda per capita da região metropolitana. A análise teórica foi baseada na teoria de desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos, de Milton Santos. Por fim, observou-se que as iniciativas de CCC que compõem a RCA, por mais que beneficiem agentes do capital não intensivo e do comércio em pequena escala, ainda possuem a maioria de seus pontos de consumo em localidades com moradores com uma renda per capita entre 3 e 8 salários mínimos.

Palavras-chave: circuitos curtos de comercialização; redes de consumo agroalimentar, países subdesenvolvidos.

Introdução

Após definir-se como a capital do estado em 1823, Florianópolis passou a abrigar as sedes de órgãos públicos, e os investimentos em infraestrutura urbana atraíram para a cidade não somente as classes média e média alta, mas também as menos favorecidas, em busca de novas oportunidades de emprego. Os recém chegados acabaram sendo empurrados para os morros, áreas de dunas e manguezais. As ocupações deste tipo são fruto de condições históricas de empobrecimento e permanecem sendo excluídas socialmente. Os serviços públicos tornam-se mais escassos à medida que se elevam as cotas e, de acordo com Siqueira (2004), são nos topos dos morros que se concentram áreas sem água encanada, esgoto e/ou coleta de lixo. Conforme Sousa (2015), o acesso à cidade para a população pobre sempre foi restrito e as melhores áreas da cidade sempre foram alvo de privilégios de classe. Podemos compreender “acesso à cidade” como o acesso aos aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais, os quais todos deveriam ter, mas que se restringe a uma parcela da população, como é o caso da falta de acesso aos alimentos e práticas agroecológicas, da qual este trabalho trata.



As formas alternativas de alimentação, contrárias às formas industriais de produção agroalimentar, ganham notoriedade na sociedade contemporânea, graças às preocupações com complicações de saúde geradas pelo consumo de ultraprocessados, bem como, de uma consciência da degradação ambiental provocada pela indústria alimentícia (MIRANDA, 2021). Spinelli (2020) aponta para o fato de que essa tentativa de fuga do modelo hegemônico de produção capitalista e vida tipicamente urbana seja liderada pelos grupos mais favorecidos da sociedade, especialmente a classe média, extremamente coagida nas grandes cidades, ao passo em que acumula privilégios tanto intelectuais, quanto financeiros para articular esse tipo de movimento (apud NERY, 2018).

Para Meirelles (2004), o acesso a um alimento saudável e de boa qualidade é um direito universal dos povos e deve se sobrepôr a qualquer fator econômico, político ou cultural que impeça sua efetivação. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a dispersão geográfica de iniciativas de circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos/agroecológicos no território da cidade de Florianópolis, e como ela pode refletir uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las (SANTOS, 1977).

Metodologia

Este trabalho tem como referência metodológica a análise geográfica da dispersão das iniciativas de circuitos curtos de comercialização de alimentos. Para tanto, recorreremos aos dados do Mapa da Rede de Cidadania Agroalimentar (RCA) da Grande Florianópolis (Figura 1). Este compreende uma ferramenta desenvolvida pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF-UFSC) para auxiliar na troca e acesso às informações sobre os circuitos curtos de comercialização (CCC) de produtos orgânicos/agroecológicos na Grande Florianópolis. A partir do mapa das iniciativas que compõem a RCA, procedeu-se com a análise da renda per capita por setores censitários da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Figura 2), a partir de mapeamento elaborado por Renato Saboya (SABOYA, 2016), com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). Optou-se pelo uso de um mapa com os limites dos setores censitários, pois, caso houvesse uma extrapolação dos limites para distritos ou bairros, os dados de renda e a análise geográfica perderiam sua precisão.

Para a análise dos grupos de produção e grupos de consumidores, o presente trabalho aborda a discussão dos dois sistemas de fluxo da economia urbana de Milton Santos e suas implicações espaciais (1977).

Resultados e Discussão

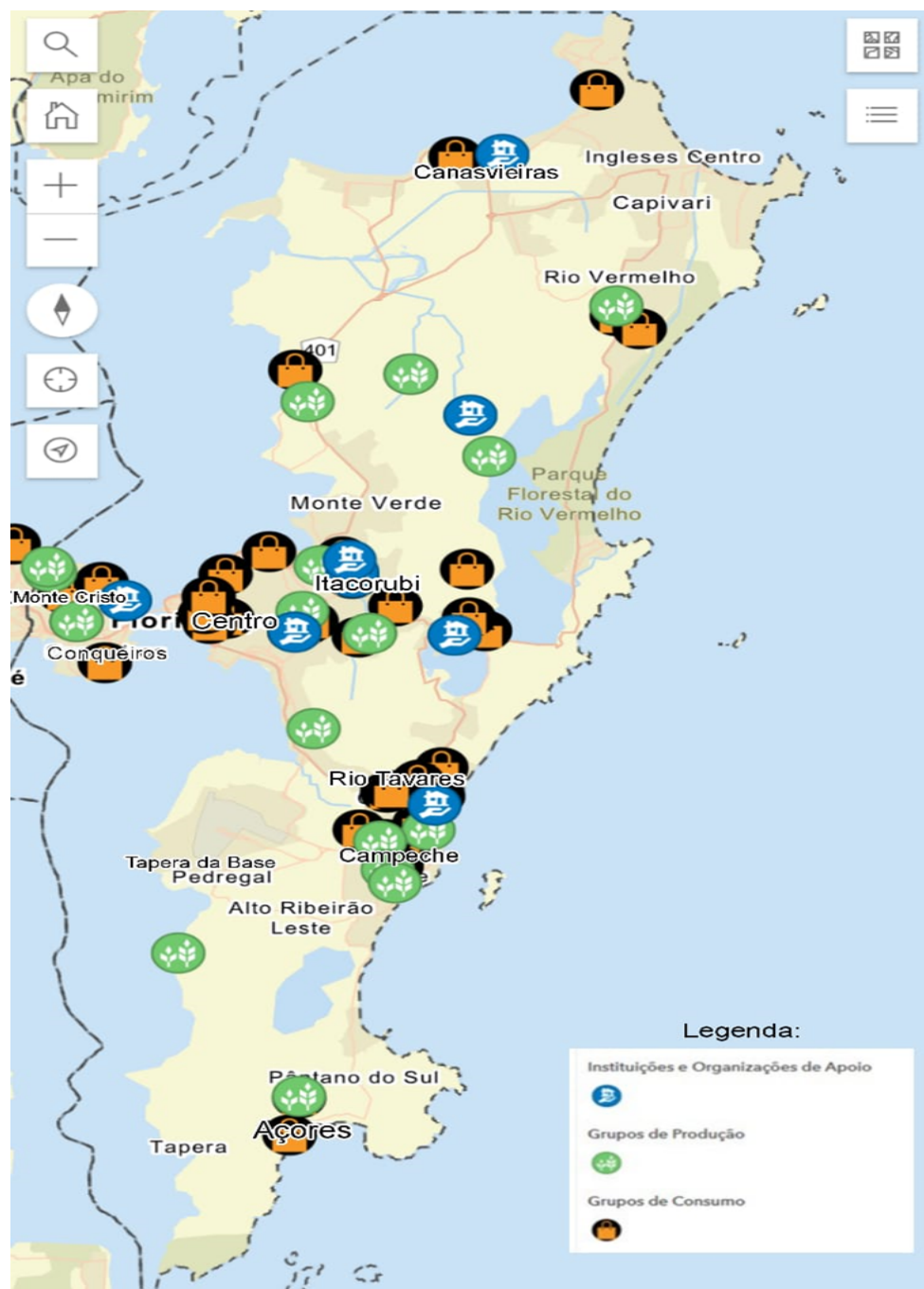


Figura 1 - Mapa online da Rede de Cidadania Agroalimentar – RCA da Grande Florianópolis (LACAF)

No mapa das RCA (figura 1) pudemos perceber cerca de 35 grupos de consumo na ilha de Florianópolis, destes, não há iniciativas de CCC em regiões com faixa de renda de até 1SM, 6% dos grupos em áreas com renda de 1 a 2 salários mínimos, 17% em áreas com renda de 2 a 3 salários mínimos, 40% em áreas com renda de 3 a 5 salários mínimos, 28% em áreas com renda de 5 a 8 salários mínimos e 9% em



áreas que apresentam a renda per capita maior que 8 salários mínimos. Assim, pela análise feita, 68% dos grupos de consumo estão em locais com renda de 3 a 8 SM.

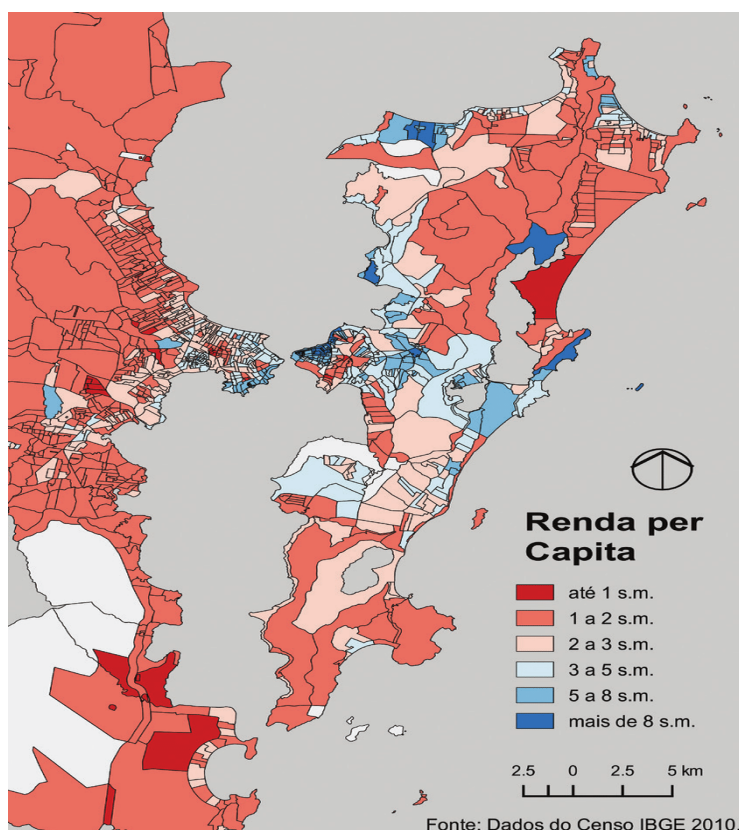


Figura 2 - Renda média por pessoa com mais de 10 anos de idade.
Fonte: Renato Saboya (2016).

Podemos igualmente atestar essa distinção entre os pontos com fácil acesso às RCAs ao observar os locais onde se encontram o bairro Tapera da Base, que, apresentava em 2010 uma renda per capita de 1 a 2 s.m. e não foi constatado nenhum dos pontos no mapa das Redes de Consumo Agroalimentar. Além deste, as comunidades do maciço do Morro da Cruz apresentam uma renda de 1 a 2 s.m., localizadas na região central da cidade e cercadas por bairros com moradores de renda per capita entre 5 a 8 s.m. e mais de 8 s.m. que formam claramente um arco central de pontos da RCA, excluindo as comunidades do morro. Outro ponto que pode ser analisado é a área em vermelho escuro com a menor renda per capita da cidade, nesta região, encontra-se a terra quilombola da Comunidade Vidal Martins que luta pela sua titulação e sofre com a insegurança alimentar e falta de assistência econômica, localizada no Parque Florestal do Rio Vermelho, onde pode-se observar que não há nenhum dos pontos da Rede de Consumo Agroalimentar.

Para Santos (1977), as circunstâncias históricas do crescimento urbano, seguem a lógica dos países periféricos ao passo que criam-se, ao mesmo tempo, diferenças



qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças, segundo o autor, são a criação e manutenção de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços. No fluxo superior estão os negócios bancários, comércio de exportação, indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, já o inferior, é composto pelas formas de fabricação de “capital não intensivo”, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala.

Os pontos de consumo que compõem a RCA no território de Florianópolis, em sua maioria, são abastecidos por grupos de agricultores certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia, localizados no interior do estado. Podemos dizer que os agricultores fazem parte do sistema inferior, com sua tecnologia sendo o “trabalho intensivo” e dispondo de um considerável potencial criativo em suas produções, já que os mesmos seguem uma lógica de produção que difere da dominante, a da produção do “capital intensivo” que possui um elevado nível tecnológico e potencial imitativo. Ainda assim, a democratização do acesso aos alimentos de qualidade superior (orgânicos/ agroecológicos) parece distante de ser observada, na medida em que, mesmo diante destas iniciativas, pode-se perceber a partir dos mapas analisados que grande parte da RCA está localizada em regiões privilegiadas do território. Isto impõe um desafio aos atores a conceber e experimentar estratégias capazes de aproximar experiências em torno da agroecologia de sua missão de redemocratização alimentar de forma segura e soberana.

Conclusões

A partir das análises dos dois sistemas de fluxos do qual os atores presentes nos grupos de produção e consumo das RCA fazem parte, bem como, do mapa de renda per capita, podemos concluir que as iniciativas de CCC que compõem a RCA, tem grande importância ao beneficiar agentes do capital não intensivo que tenham sua gênese na agricultura familiar e do comércio em pequena escala, que é o caso dos agricultores, porém, é acessada e consumida somente por uma parte da população. Neste sentido, podemos conceber essa hierarquia de lugares e a tendência em direção à polarização (SANTOS, 1977) como uma consequência do modelo econômico atual, assim, caberia ao Estado o desenvolvimento e aprovação de políticas públicas para que se amplie as possibilidades de acesso a esses alimentos por grupos sociais mais vulneráveis. Por fim, adverte-se que este trabalho possui limitações já que a renda per capita trata-se de um valor médio. O que evidencia uma necessidade de estudos que analisem as condições socioeconômicas dos participantes de cada iniciativa estudada.

Referências bibliográficas

CANESQUI, Ana Maria. Mudanças e permanências da prática alimentar cotidiana de famílias de trabalhadores. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**, p. 167-210, 2005.



Mapa da Rede de Cidadania Agroalimentar da Grande Florianópolis-SC (2019). Disponível: <<https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?webmap=cfeb12e57fc344d78809729eb67b88a8&extent=-49.3891,-28.0698,-47.4679,-27.1376>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MEIRELLES, Laércio. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, p. 35-60, 1977.

SANTOS, Rosilene Márcia dos, et al. Viver na Ilha da Magia sem Acesso à Moradia: Apontamentos sobre o déficit habitacional em Florianópolis/SC. 2016.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Pobreza urbana: as populações do Maciço Central de Florianópolis. **Salão de iniciação Científica (16.: 2004: Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2004.**, 2004.

SPINELLI, Anália Meira. **Projeto de vida agroecológica: uma opção da classe média**. 2020. Tese de Doutorado.

SABOYA, Renato, 2016. Renda média por pessoa com mais de 10 anos de idade. Disponível: <https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-7-Renda-media-por-pessoa-com-mais-de-10-anos-de-idade-Fonte-Elaboracao-propria_fig3_319917771>. Acesso em: 10 jul. 2023.